

# Relatório de Gestão do Conselho de Administração da Associação Porto Digital, Exercício de 2012

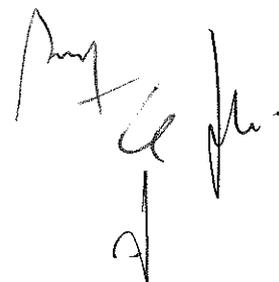
1.1	Introdução . . . . .	1
1.2	Apoio a projectos da Câmara Municipal do Porto . . . . .	2
1.3	Apoio a projectos da Área Metropolitana do Porto . . . . .	2
1.4	Projecto DouroIntour . . . . .	3
1.5	Cidade das Profissões . . . . .	3
1.5.1	Contexto Institucional . . . . .	3
1.5.2	Principais actividades realizadas na Cidade das Profissões em 2012 . . . . .	4
1.6	Infraestruturas de Telecomunicações na cidade do Porto . . . . .	8
1.7	Litígio com o Grupo DST e a PDONT . . . . .	8
1.8	Outras informações relevantes . . . . .	11
1.9	Conclusão . . . . .	12

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais e dos estatutos, vem o Conselho de Administração apresentar a V. Ex.as o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2012, e o que se perspectiva para o ano de 2013.

## 1.1 Introdução

A Associação Porto Digital, no exercício de 2012, concentrou-se:

- No apoio à Câmara Municipal do Porto (CMP) ao nível de alguns serviços (nomeadamente à Unidade Central de Digitalização da Direcção Municipal da Cultura, à Direcção Municipal de Sistemas de Informação, ao Gabinete de Estudos e Planeamento, ao Departamento Municipal de Educação e Juventude, e ao Departamento Municipal de Turismo);
- No apoio à Área Metropolitana do Porto no âmbito do portal dos eventos da AMP e da sua expansão para dar suporte a projectos na área do Turismo; e no desenvolvimento do projecto do Roteiro dos Espaços Educativos da AMP;
- No desenvolvimento do projecto Memória Criativa junto da escola EB1 da Corujeira e junto do Conservatório de Música do Porto;
- No desenvolvimento ao longo do primeiro semestre de 2012 do serviço Cidade das Profissões, e na sua subsequente transição para a Fundação Porto Social no segundo semestre de 2012;
- Na coordenação do projecto de criação do portal oficial de turismo da cidade do Porto e actividades associadas;
- No desenvolvimento da rede de telecomunicações da APD, nomeadamente concluindo a ligação à rede de telecomunicações dos centros de saúde identificados pela ARS Norte, concluindo a ligação das escolas EB1 públicas, e efectuando a interligação a outras redes metropolitanas, nomeadamente activando a ligação a Santa Maria da Feira;
- Na conclusão em Fevereiro de 2012 da execução física e financeira do projecto em consórcio NORTE-02-0169-FEDER-000040 *DouroIntour — Patrimónios Durienses e Turismo Cultural* (Aviso de abertura TDIM/1/2008 Turismo Douro Imaterial, regulamento *Valorização Económica de Recursos Específicos* do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013), projecto esse cujo início ocorreu em Março de 2010



## 1.2 Apoio a projectos da Câmara Municipal do Porto

Em 2012 a Associação Porto Digital suportou alguns projectos da Direcção Municipal de Sistemas de Informação da CMP nomeadamente através da alocação de recursos humanos ao suporte directo ao data center incluindo à componente de virtualização, e na consultoria em projectos de sistemas de informação incluindo projectos no âmbito da simplificação de processos administrativos, e apoio na área da multimédia.

No âmbito da unidade central de digitalização (UCD) foram disponibilizados os recursos humanos que permitiram garantir a criação da metainformação associada a todos os processos até ao momento desmaterializados pela Câmara Municipal do Porto (certidões, processos de licenciamento urbanístico, etc.). Para além disso, ao longo de um período de 4 meses, de Março a Junho 2012, devido a um atraso no recrutamento da CMP, foi a APD quem forneceu os recursos humanos que mantiveram a UCD em funcionamento (6 recursos humanos, 2 técnicos superiores e 4 assistentes técnicos).

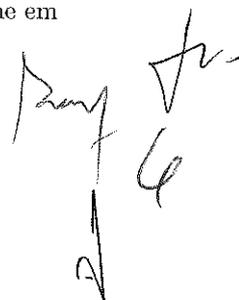
Com o objectivo de reposicionar, estrategicamente, o destino Porto (e Norte de Portugal) a Câmara Municipal do Porto convidou a Associação Porto Digital para liderar a coordenar uma equipa de projecto, constituída por colaboradores do Departamento Municipal de Turismo e Direcção Municipal de Sistemas de Informação, com a missão de contribuir para a definição estratégica da promoção do destino Porto, implementar uma Base de Dados de Recursos Turísticos (Pontos de Interesse) e o novo Portal de Turismo do Município do Porto. O novo Portal de Turismo visa contribuir para organização da oferta turística, apoiar o processo de decisão e o planeamento de: viagem (Visitar), residir (Viver até um ano no Município do Porto), a captação de investimento directo e eventos de negócios (MICE - Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions) e promover iniciativas de I&D (Negócios e I&D). A Associação para além da liderança da iniciativa proporcionou, ainda, a disponibilização de equipamento informático e as instalações de trabalho às equipas do projecto. A primeira fase do portal foi inaugurada Maio de 2011 ([www.visitporto.travel](http://www.visitporto.travel)), a conclusão da última fase está prevista para Outubro 2013.

No âmbito do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) avançou-se com o desenvolvimento do sistema de informação que irá permitir agrupar numa plataforma única toda a informação relativa às candidaturas, à execução e ao acompanhamento de projectos co-financiados em que o Município do Porto participe. Pretende-se que a plataforma online seja utilizada pela CMP para apoio à preparação e acompanhamento das candidaturas, nomeadamente pela Direcção Municipal de Finanças e Património (DMFP) para apoio à execução financeira das candidaturas, e pelo serviço responsável pela execução física de cada projecto em questão, para apoio à execução física do projecto. A plataforma irá permitir igualmente a obtenção de dados estatísticos agregados sobre o andamento dos projectos.

## 1.3 Apoio a projectos da Área Metropolitana do Porto

Durante o ano de 2011 prosseguiu-se com o desenvolvimento que já vinha de 2007 da plataforma de recolha de conteúdos para a revista iPorto (cerca de 90 utilizadores distribuídos pelos 16 municípios da Área Metropolitana do Porto, e o desenvolvimento do portal de eventos culturais, turísticos, desportivos e educativos da área metropolitana do Porto, com suporte para pesquisas em três dimensões (textual, geográfica e temporal). Este portal (inaugurado a 20 de Abril de 2009) continua a ser activamente desenvolvido nomeadamente no que diz respeito ao suporte para algumas das dimensões de pesquisa e no que diz respeito à extensão a outras áreas de intervenção para além da cultura (turismo, educação, desporto e lazer).

A Associação Porto Digital iniciou igualmente o suporte ao desenvolvimento da componente de educação do site da Área Metropolitana do Porto. Neste contexto está a colaborar com a AMP e com o Departamento Municipal de Educação e Juventude e com o Gabinete de Estudos e Projectos da CMP, na definição do âmbito do projecto e na criação do sistema informático de suporte. O primeiro resultado, o roteiro dos espaços educativos, encontra-se disponível online em <http://edu.amp.pt>.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'Rafael' and the initials are 'J.C.'.

## 1.4 Projecto DouroIntour

O projecto em consórcio NORTE-02-0169-FEDER-000040 *DouroIntour — Patrimónios Durienses e Turismo Cultural* do qual a APD é um dos quatro parceiros iniciou a sua execução em Março 2010 e concentra-se no levantamento detalhado de informação turística, histórica e patrimonial sobre as Quintas do Douro anteriores às Demarcações Pombalinas e no inventário do património localizado na área de influência das mesmas. Neste contexto a APD desenvolveu o sistema informático de suporte à recolha e georeferenciação dos conteúdos (backoffice), tem dado suporte aos restantes três parceiros do projecto na componente tecnológica, e alocou um recurso humano à componente de levantamento e georeferenciação dos recursos geográficos e patrimoniais da área envolvente.

O site do projecto, cuja apresentação pública ocorreu em 24 de Fevereiro 2012, encontra-se online em <http://www.dourointour.pt>.

## 1.5 Cidade das Profissões

### 1.5.1 Contexto Institucional

A Cidade das Profissões nasceu em Outubro de 2006 como um sub-projecto do Programa Porto Digital, programa este promovido pela Câmara Municipal do Porto, em parceria com a Universidade do Porto, a Associação Empresarial de Portugal e a Metro do Porto, tendo como principal desígnio contribuir para a evolução de uma sociedade da Informação e do Conhecimento ao alcance de todos e para o desenvolvimento de um modelo de Cidade cada vez mais baseado na inovação, na criatividade e no conhecimento.

Baseado no modelo “*Cité des Métiers*”, criado em França no início da década de 90, o projecto enquadra-se nos objectivos da Estratégia Europeia para o Emprego que preconiza uma intervenção mais sustentada e mais próxima dos cidadãos no sentido de favorecer a empregabilidade, a adaptabilidade dos recursos humanos aos novos contextos profissionais, a promoção da iniciativa e espírito empreendedor e por último, a igualdade de oportunidades para os que se relacionam, de alguma forma, com as questões do emprego e da qualidade de vida profissional, nas suas diversas fases. Foi, assim, criado um dispositivo de proximidade, promotor de uma progressiva autonomização dos cidadãos na sua relação com os serviços públicos, assumindo uma função aglutinadora e mobilizadora de recursos, numa lógica de intervenção integrada de informação, orientação e aconselhamento, até então inexistente na Cidade do Porto.

A Cidade das Profissões é, então, um serviço universal que tem como missão promover a empregabilidade e o empreendedorismo dos cidadãos, apoiando-os na gestão dos novos desafios e transições profissionais e ajudando-os a descobrir o seu potencial empreendedor, de empregabilidade e/ou de crescimento profissional e a definir novas estratégias de abordagem ao actual mercado de trabalho.

Fundamental desde a sua fundação, é o seu posicionamento de complementaridade. A Cidade das Profissões não se identifica como fim último, como uma solução em si, mas um veículo que abre caminhos para soluções. Pelo seu perfil integrador da informação dispersa pelos recursos existentes, procura promover uma resposta mais abrangente e eficaz a toda a população, facilitando a relação e a cooperação para um trabalho em rede com as várias competências e funções ao serviço da orientação e da capacitação para a empregabilidade e o empreendedorismo: Universidades, Escolas, Gabinetes de Integração Profissional, Centros de Novas Oportunidades, associações locais, entre outras. A Cidade das Profissões não quer ser uma extensão do que existe, mas antes o elo de ligação, potenciando a resposta aos cidadãos.

O projecto só existe enquanto estrutura de Parcerias Público-Privado. A Cidade das Profissões estabelece, assim, parcerias com serviços e instituições diversas, integrando num único espaço a informação das respostas locais, e acolhendo e encaminhando quem se encontra num processo de orientação vocacional, de procura de estágio, de emprego, de formação ou de desenvolvimento profissional, de mudança de vida profissional ou de criação da própria actividade. Apoiar, portanto, estudantes do ensino básico ao ensino superior, recém-licenciados à procura do primeiro emprego,



desempregados à procura de emprego ou de requalificação profissional, profissionais activos à procura de desenvolvimento de novas competências ou de percursos profissionais alternativos e novas empresas resultantes de iniciativas de empreendedorismo. O projecto situa-se no espaço entre a procura do cidadão e a oferta, as oportunidades e as possibilidades de formação e emprego que o contexto actual encerra.

A Cidade das Profissões tem como principais objectivos: 1) capacitar os cidadãos na abordagem ao mercado de trabalho e nos processos de integração, transição e adaptação; 2) promover a acessibilidade a informação actual e de qualidade sobre as temáticas da empregabilidade e do empreendedorismo, que possibilite escolhas e decisões informadas; 3) habilitar os cidadãos a serem agentes activos de desenvolvimento pessoal e profissional; e 4) promover uma cultura empreendedora nos cidadãos, em particular nos jovens.

Dado o seu cariz menos orientado para as tecnologias da informação e da comunicação em Julho 2012 autonomizou-se a Cidade das Profissões da Associação Porto Digital, passando a ser uma unidade debaixo da alçada da Fundação Porto Social, o que lhe permite usufruir de outro tipo de sinergias que podem potenciar o seu desenvolvimento.

### 1.5.2 Principais actividades realizadas na Cidade das Profissões em 2012

Em 2012 a Cidade das Profissões entre outras desenvolveu as seguintes actividades:

1. Os até então cinco pólos de atendimento (Emprego, Profissões, Formação, Estágios e Empreendedorismo) foram reestruturados em quatro novos pólos, nomeadamente: **a) Conhece o mercado de trabalho**, destinado a estudantes, do ensino pré-escolar ao ensino superior, pessoas à procura de emprego, colaboradores em processo de gestão ou reconversão de carreira e colaboradores em momento de transição para a reforma; **b) Procura o teu trabalho**, destinado a jovens à procura do primeiro emprego ou estágio, desempregados de curta, média ou longa duração e colaboradores à procura de novas oportunidades profissionais; **c) Cria o teu negócio**, destinado a pessoas que desejam criar a sua própria actividade e que necessitam de apoio à gestão do seu negócio, e **d) Evolui profissionalmente**, destinado a estudantes, pessoas à procura de emprego ou colaboradores que desejem investir na sua formação e no desenvolvimento das suas competências.
2. Em 2012, a Cidade das Profissões realizou um total de 1853 atendimentos personalizados, superando o objectivo de aumentar em 20% o número de atendimentos realizados relativamente ao alcançado no ano de 2011. No que concerne ao âmbito do pedido no momento de triagem, do total de atendimentos realizados, 51,71% debruçou-se sobre questões relacionadas com a integração no mercado de trabalho, 31,84% procurou apoiar na resolução de questões relacionadas com a criação da própria actividade e 16,45% abordou questões relacionadas com a formação e desenvolvimento profissional. De salientar que 77% dos atendimentos realizados corresponderam a novos casos, entendendo-se por novo caso, a primeira vez que uma pessoa recorre ao serviço de atendimento da Cidade das Profissões. Se por um lado, este valor permite aferir da concretização do objectivo de chegar a novos públicos, por outro abre pistas de reflexão sobre o processo de acompanhamento e de fidelização das pessoas que já recorreram aos serviços da Cidade das Profissões.
3. Auto-Infirmação: a Cidade das Profissões dispõe de um espaço multimédia e de documentação, onde a pessoa poderá aprofundar a recolha de informação através da consulta da Internet e/ou de livros sobre as diversas temáticas do âmbito da intervenção da Cidade das Profissões. Em 2012, o serviço de auto-informação recebeu 1029 acessos.
4. Workshops: Em 2012 foram desenvolvidos a) 67 workshops de empregabilidade, num total de 1437 participações, b) 43 workshops de empreendedorismo, num total de 905 participações, c) 20 workshops de desenvolvimento de competências-chave, num total de 331 participações, e) 8 workshops sobre sectores profissionais, num total de 159 participações, e f) 10 workshops de exploração vocacional, num total de 150 participações. No total, em 2012 foram desenvolvidos

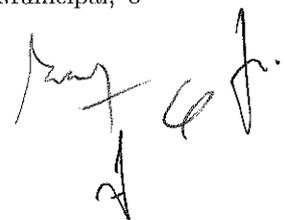
148 workshops, num total de 2982 participações. Dos 148 workshops desenvolvidos em 2012, 73 corresponderam a actividades divulgadas em agenda, abertas à participação do público em geral, mediante inscrição prévia. Estas actividades, com um total de 1417 participações para 1670 vagas possíveis, alcançaram uma taxa de participação de 84,85%. Os restantes 75 workshops, com um total de 1565 participações, corresponderam a actividades extra agenda, desenvolvidos à medida das entidades que os solicitaram. Embora se tenha verificado um aumento do número de participações nos workshops, não foi concretizado o objectivo de aumentar em 20% o número de participações relativamente ao alcançado no ano de 2011, que totalizou 2726 participações. As 2982 participações alcançadas em 2012 correspondem a uma concretização de 91,16% da meta então definida de 3271 participações. No entanto, a média de participações por workshop aumentou, passando de 18,8 para 20,15. A leitura dos resultados reforça a necessidade de um investimento ainda maior na adequação da agenda de workshops às necessidades das pessoas e do mercado e de uma reflexão sobre as estratégias de comunicação e de fidelização das pessoas que neles participam.

5. Clubs: Em 2012 foram dinamizados seis Clubs, num total de 20 sessões, com a presença de 72 participantes. O Club *(Re)definição de Caminhos Profissionais* teve como público-alvo adultos com idades compreendidas entre 45 e 55 anos, que procurassem novas oportunidades de recomeço da actividade profissional. O Club *O Papel dos Pais na Escolha Vocacional dos Filhos* destinou-se a pais de alunos do terceiro ciclo do ensino básico. O Club *Prepara-te para a Batalha - (Re)ingresso no Mercado de Trabalho* teve como público-alvo ex-militares que tivessem concluído o serviço militar há menos de três anos e se encontrassem em situação de procura de emprego e/ou de reconversão de carreira. O Club *Gestão de Carreira no Feminino* destinou-se a mulheres activas que pretendessem (re)pensar o seu percurso profissional. Os Clubs *Arranca com o teu Negócio!* e *Empreendedorismo* tiveram como público-alvo jovens adultos e adultos com espírito empreendedor que desejassem criar a sua própria actividade.

Embora superado o objectivo por norma definido de realização de quatro clubs, na medida em que se trata de uma actividade de frequência trimestral, a taxa de retenção dos participantes ao longo das sessões é de 63,88%. A inscrição num Club pressupõe a presença em todas as sessões que o compõem, e a mesma é validada mediante o cumprimento de cumprimento desta condição obrigatória. No entanto, a taxa de retenção é reveladora do não cumprimento da presença na totalidade das sessões, donde a necessidade de reforçar a comunicação das condições de participação e de reflectir sobre estratégias de potenciar a retenção dos participantes ao longo do processo.

6. MASTER.SPITCH: num mercado de trabalho em que a procura de emprego excede largamente a oferta e em que os perfis dos candidatos a emprego se assemelham do ponto de vista dos saberes técnicos, é fundamental apostar no desenvolvimento de competências transversais que os tornem mais capazes no desempenho das tarefas profissionais e mais adequados às exigências do posto de trabalho que venham a assumir. Ser-se capaz de apresentar uma ideia ou mais-valias profissionais num curto espaço de tempo, de forma eficiente e com impacto, é hoje uma das competências mais valorizadas no mercado de trabalho. Neste contexto, alinhada com as mais recentes tendências de recrutamento e na continuidade do trabalho iniciado com o Speed Recruitment, a Cidade das Profissões apresentou no primeiro semestre de 2012 uma nova iniciativa, o MASTER.SPITCH, um concurso de talento para o Marketing Pessoal em formato *pitch*.

Nesta primeira edição do MASTER.SPITCH foram desenvolvidas: 1) 6 sessões de apresentação pública da iniciativa, com um total de 100 participantes, 2) 18 dinâmicas de selecção, com a participação de 172 candidatos, 3) 9 sessões de preparação para o Casting, com um total de 59 participantes, 4) um Casting com 83 candidatos (embora tenham sido seleccionados 100 candidatos); 5) um programa integrado de desenvolvimento de competências, com início no dia 23 de Maio e término no dia 18 de Junho, num total de 23 participantes, 11 sessões e 48 horas de formação, e 6) 5 sessões CV Makeover para os finalistas, com um total de 23 participantes. Na plateia do pequeno auditório do Rivoli Teatro Municipal, o



MASTER.SPITCH contou a presença de 61 entidades, entre empresas e estabelecimentos de ensino superior. Pretende-se que o MASTER.SPITCH, à semelhança do Speed Recruitment, se venha a estabelecer como uma iniciativa anual, no primeiro semestre do ano, tornando possível à equipa investir na organização do Speed Recruitment no segundo semestre.

7. Speed Recruitment: realizada uma primeira edição em Março de 2010, e reconhecido o seu sucesso e carácter inovador, o Speed Recruitment estabeleceu-se como uma iniciativa de carácter anual, tendo-se realizado no dia 21 de Novembro de 2012 a sua quinta edição.

Em 2012, no sentido de dar um salto qualitativo na organização desta iniciativa, a Cidade das Profissões desenvolveu, pela primeira vez, um processo de triagem e selecção dos candidatos, abrindo a iniciativa a todos os candidatos que pudessem, pelo seu percurso profissional e pelo seu perfil de competências técnicas e transversais, ser aqueles que melhor partido pudessem tirar de um contexto de recrutamento e selecção com características tão particulares. O processo de selecção de candidatos traduziu-se na participação de candidatos mais motivados e mais alinhados com as necessidades das empresas, tendo resultado no aumento da qualidade percebida pelas entidades participantes no que respeita à organização da iniciativa e ao perfil dos candidatos.

No âmbito da organização da quinta edição do Speed Recruitment foram contabilizadas 372 inscrições e foram desenvolvidas: 1) 2 sessões de apresentação da iniciativa, com um total de 44 participantes, 2) 23 dinâmicas de selecção, com a participação de 241 candidatos, e 3) 9 sessões de preparação, com um total de 101 participantes.

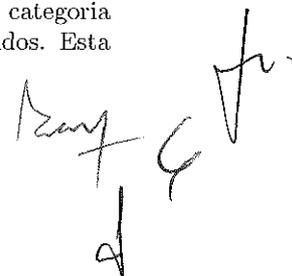
No dia 21 de Novembro estiveram presentes 19 entidades e 70 candidatos, tendo sido realizadas 700 entrevistas. A quinta edição contou ainda com a participação de 66 pessoas que, não tendo assegurado uma vaga no circuito de recrutamento, tiveram a oportunidade de entregar o currículo às empresas presentes e de recorrer aos serviços do Circuito de Apoio à Empregabilidade e Empreendedorismo.

Embora da participação de candidatos mais motivados e alinhados com as necessidades das empresas, tenha resultado um aumento da qualidade percebida pelas empresas participantes no que respeita à organização da iniciativa e ao perfil dos candidatos, não foi ainda aferido o impacto da iniciativa no que respeita à integração dos candidatos nos processos formais de recrutamento das referidas empresas. Importa pois investir na definição de uma metodologia efectiva de avaliação e sensibilizar as entidades para a importância da partilha dos resultados da sua participação.

8. Projectos de Intervenção em Contexto Escolar:

- (a) (És)tudo: No ano de 2012, o projecto foi implementado no Agrupamento Vertical Dr. Augusto César Pires de Lima, no Agrupamento Vertical Augusto Gil, na Escola Secundária Fontes Pereira de Melo e na Escola de Ensino Básico do 2º e 3º ciclos Eugénio de Andrade, tendo sido realizadas 12 sessões, num total de 4 turmas e 64 alunos.
- (b) Cresce e Aparece: No ano de 2012, o projecto foi implementado no Agrupamento Vertical Dr. Augusto César Pires de Lima, nomeadamente nos Jardins-de-Infância da Escola do Sol, da Escola da Alegria e da Escola do Campo, tendo sido realizadas 3 sessões, num total de 3 turmas e de 51 alunos.
9. Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo: no ano de 2012 foram realizados 590 atendimentos personalizados no âmbito do Pólo Cria o teu Negócio. Até 31 de Agosto de 2012, foram apoiados 45 novos projectos e apoiadas 14 empresas já constituídas, tendo resultado a constituição de 4 novas empresas, a criação de 7 novos postos de trabalho e um investimento no valor total de 55 000 €.

O Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo foi distinguido na fase de qualificação nacional dos Prémios Europeus de Iniciativa Empresarial 2012 com o segundo prémio na categoria "Melhoria do Ambiente Empresarial", de entre um total de 91 projectos submetidos. Esta



categoria reconhece as políticas inovadoras a nível regional ou local que promovam a criação e o desenvolvimento empresarial, simplifiquem os procedimentos legislativos e administrativos das empresas e implementem o princípio “*pensar primeiro em pequena escala*” para as pequenas e médias empresas.

Os resultados nacionais foram apresentados pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) no dia 19 de Setembro 2012, no Auditório do Fórum Tecnológico de Lisboa, sendo esta uma iniciativa lançada pela Comissão Europeia para distinguir as melhores práticas na promoção do empreendedorismo na Europa.

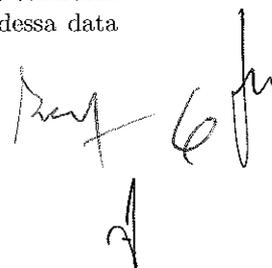
Alinhados com as prioridades da estratégia Europa 2020, os Prémios são promovidos pela Direcção-Geral da Empresa e Indústria da Comissão Europeia, sendo o IAPMEI o coordenador da iniciativa em Portugal, e visam distinguir projectos desenvolvidos nas áreas da promoção do espírito de empreendedorismo, do investimento nas competências, da melhoria do ambiente empresarial, do apoio à internacionalização das empresas, e do empreendedorismo responsável e inclusivo. Este concurso Europeu tem, assim, por objectivo identificar e reconhecer actividades e iniciativas de sucesso que visem a promoção da actividade empresarial e do empreendedorismo, divulgar e partilhar exemplos de melhores políticas e práticas de iniciativa empresarial, sensibilizar para o papel desempenhado na sociedade pelos empresários e pelos empreendedores e por fim, incentivar e inspirar potenciais empreendedores.

Com o segundo prémio na categoria “*Melhoria do Ambiente Empresarial*”, o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo foi reconhecido enquanto estrutura local de mérito e entidade dinâmica na promoção do empreendedorismo. Poder-se-á concluir que o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo se afirmou como um promotor efectivo de instalação de novas actividades económicas no centro histórico do Porto e um serviço de referência para a Cidade. O Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo contribuiu para o desenvolvimento da economia local através do apoio à instalação de 28 novas empresas e actividades económicas e a criação de 55 novos postos de trabalho, de um total de 167 projectos apoiados, e num total de 784.090 euros do valor dos investimentos realizados, como evidenciado no relatório final de execução.

Enquanto plataforma de apoio ao investimento gratuita prestou serviços de apoio e aconselhamento ao longo de todo o processo conducente ao projecto empresarial, na ordem dos 1059 atendimentos ao público e 378 reuniões, actuando de forma integrada com uma rede de 44 parceiros (na área da consultadoria, comércio tradicional, reabilitação urbana, entidades académicas, entidades de apoio ao empreendedorismo, apoio depois da criação, indústrias criativas, instituições bancárias, apoios e incentivos, financiamentos e outras entidades de valor), alargando desta forma o leque de ofertas disponíveis e dando resposta às mais diversas solicitações do público que acolheu. Desempenhou, ainda, um papel-chave no desenvolvimento continuado de competências empreendedoras e na apropriação do espírito empreendedor por parte da comunidade académica e local, mediante a dinamização de 120 workshops, com um total de 2866 participantes.

10. Participação em Feiras de Emprego: em 2012, com o objectivo de divulgar os seus serviços, a Cidade das Profissões participou na Feira de Empregabilidade da Universidade Lusíada no dia 21 de Maio, e na IV Feira de Empregabilidade e Empreendedorismo do Instituto Superior de Engenharia do Porto no dia 30 de Maio.
11. Parcerias: em 2012, no sentido de continuar a investir na realização de parcerias e alianças estratégicas que contribuam para a qualidade e relevância da actividade da Cidade das Profissões, foram realizadas 141 reuniões com diversas entidades.

A equipa da Cidade das Profissões à data de Junho 2012 consistia em 5 técnicos superiores com contrato de trabalho, 1 estágio profissional e 2 estágios curriculares. Em Julho 2012 os contratos de trabalho foram transferidos da APD para a Fundação Porto Social que a partir dessa data passou a gerir formalmente o serviço prestado pela Cidade das Profissões.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'Rafael' followed by a large 'G' and 'J'.

## 1.6 Infraestruturas de Telecomunicações na cidade do Porto

O projecto de criação da Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, SA, (PDONT) não teve os resultados esperados devido ao comportamento assumido pelo parceiro privado, Grupo DST, seleccionado por ajuste directo com convite a 5 entidades, para ficar com 49% da sociedade e com o controlo de gestão durante os primeiros 12 anos do projecto. O projecto teve início em 20 de Fevereiro de 2009 e já em Julho 2009 existiam fortes indícios de problemas estruturais com o desenvolvimento do projecto, no entanto durante todo o ano de 2009 e o início de 2010 a Associação Porto Digital foi colmatando as falhas identificadas tentando proteger o andamento do projecto. Tendo a parceria com o Grupo DST falhado e as duas negociações efectuadas ao longo do ano de 2010 com o Grupo DST igualmente falhado por intransigência do Grupo DST, a APD iniciou em Outubro 2010 o processo de rescisão do contrato de delegação de tarefas para a expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto. A rescisão do contrato produziu efeitos em Fevereiro 2011, tendo o Grupo DST colocado em Março 2011 uma providência cautelar junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto para tentar evitar que essa rescisão pudesse produzir efeitos. Em Outubro 2011 o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto recusou a providência cautelar colocada pela DST, pelo que do ponto de vista formal pelo menos desde essa data é a APD quem possui a gestão efectiva da rede.

Com a rescisão do contrato a APD continuou a expansão da rede de telecomunicações:

- Ao 2012 as escolas EB1 públicas que faltavam foram ligadas à rede. Isto facilitará a manutenção em funcionamento das soluções de hardware e software colocadas nas EB1 do Porto no âmbito do projecto Crescer Interactivo do Departamento Municipal de Educação e Juventude, projecto esse que tem vindo a ser apoiado pela Associação Porto Digital.
- Ligação à rede de diversos locais do sistema de saúde do Porto (em finais de Fevereiro 2012 ficaram ligados à rede todos os locais pretendidos), de modo a permitir que mais tarde possam ser activados links simétricos sem contenção a 1 Gbps entre todos os locais do Porto de baixo da tutela da ARS Norte e entre estes e os hospitais do Porto

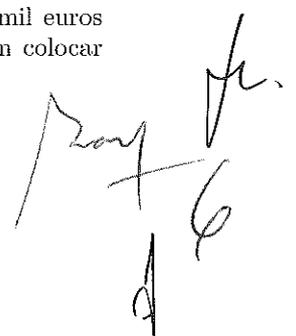
Note-se que com a transição para a Televisão Digital Terrestre (TDT) a população dos 15 bairros sociais do Porto que possuem serviço de televisão gratuita disponibilizado pela Associação Porto Digital passaram a ser provavelmente as únicas populações em Portugal que apesar de usufruírem de um serviço gratuito não necessitam de mudar de televisor ou adquirir um conversor para TDT dado que a conversão é efectuada pela Associação Porto Digital.

De modo a preparar a rede de telecomunicações para uso pelos operadores de telecomunicações dois operadores de telecomunicações, a ONI e a ZON, foram ligados à rede Porto Digital. A ONI começou a utilizar a rede a partir de Maio 2012 e a ZON a partir de Agosto 2012.

## 1.7 Litígio com o Grupo DST e a PDONT

Dado existirem diversas acções colocadas contra a APD quer pelo Grupo DST quer pela PDONT, interessa sumarizar a razão da sua existência e o estado actual das mesmas.

Em Outubro 2008 a APD deu início a um procedimento contratual de acordo com o Código dos Contratos Públicos (CCP) com vista a criar, em parceria com uma entidade privada a seleccionar por concurso, uma empresa denominada PDONT (Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, SA), ficando delegado na PDONT a responsabilidade pela manutenção e expansão da rede de telecomunicações existente. A PDONT foi criada em Fevereiro 2009, ficando a APD com 51% do capital e o Grupo DST com 49% do capital. As principais responsabilidades da APD eram disponibilizar o direito de uso da rede existente, *apoiar* a PDONT no contexto do relacionamento com entidades públicas, e colocar uma prestação acessória gratuita de 446 mil euros mal a Fase 1 estivesse concluída. As principais responsabilidades do Grupo DST eram colocar

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'Rafael' and the initials are 'R.F.'.

prestações acessórias gratuitas até 81 milhões de euros<sup>1</sup> e liderar a execução do projecto, ficando com o controlo de gestão nos primeiros 12 anos do projecto e tendo direito a 90% dos lucros.

Em Dezembro 2009 a PDONT afirmou que a Fase 1 estava concluída e solicitou que a APD colocasse a prestação acessória. A APD contestou que a Fase 1 estivesse concluída, efectuou um processo detalhado de fiscalização do estado da obra, e em consequência dessa auditoria em Abril 2010 aplicou à PDONT uma multa de 4,27 milhões de euros. A PDONT e a comissão executiva da PDONT, constituída exclusivamente por elementos indicados pelo Grupo DST, declinaram qualquer responsabilidade pelo estado do projecto e responsabilizaram a APD e a Câmara Municipal do Porto. A Figura ?? sumariza uma parte dos diferendos existentes.

Em Outubro 2010 a APD iniciou o processo administrativo com vista à eventual resolução do contrato com a PDONT. Em Novembro e Dezembro 2010 ocorreu uma tentativa negociada que tinha como objectivo atingir um acordo em que se dividisse em partes iguais os prejuízos tidos por ambas as partes, considerando somente os custos reais que cada entidade tinha tido com o projecto. A negociação foi abortada pela APD quando o Grupo DST em Dezembro 2010 solicitou à APD um pagamento 3,6 milhões de euros para abandonar o projecto, montante esse que era de cerca do triplo do que a APD estimava tivessem sido os custos reais do Grupo DST com o projecto. Em Fevereiro 2011 a APD rescindiu o contrato com a PDONT e assumiu a gestão da totalidade da rede.

Em consequência deste litígio com o Grupo DST e com a PDONT, foram colocadas por estas entidades as seguintes acções, duas delas já concluídas e quatro delas ainda em curso:

1. Acção colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 19 de Novembro 2010 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 3325/10.3BEPRT, tem como objectivo evitar o pagamento pela PDONT da sanção contratual de 4.272.624,96 €. O TAF do Porto em 18 de Abril 2012 informou a APD e a PDONT de que se lhe afigurava ser discutível a natureza jurídico-pública do contrato e do acto sancionatório impugnado, pedindo às partes que se pronunciassem. A APD em 30 de Abril 2012 apresentou as razões porque considerava que se tratava de um contrato na esfera pública e que portanto a APD considerava o tribunal competente;
2. Providência cautelar colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da APD em 29 de Março 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 970/11.3BEPRT, tem como objectivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto. Em 3 de Outubro 2011 o TAF do Porto deu uma sentença a favor da APD;
3. Acção colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da APD em 10 de Maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1472/11.3BEPRT, tem como objectivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto. Em 10 de Maio 2012 o TAF do Porto proferiu a sentença, o tribunal considerou-se incompetente em *razão do território* (Porto em vez de Braga), e remeteu o processo para o TAF de Braga. Em 5 de Julho 2012 o TAF de Braga deu uma sentença a favor da APD;
4. Acção colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 25 de Maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1305/11.0BEPRT, tem como objectivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto. Esta acção ainda não teve desenvolvimentos;
5. Acção colocada pelo Grupo DST em 30 de Dezembro 2011 no centro de arbitragem comercial do Instituto de Arbitragem Comercial do Porto, tem como objectivo responsabilizar a APD

<sup>1</sup>A estimativa efectuada pela APD apontava para cerca de 8 milhões de euros de investimento do parceiro privado a colocar no formato de prestações acessórias gratuitas. Esse montante só se transformou em 81 milhões de euros devido às características da proposta apresentada pelo Grupo DST.

pelo falhanço do projecto, e pedir uma indemnização de 18,77 milhões de euros por perdas e danos.

Dado não ter havido acordo entre as partes na nomeação do árbitro presidente, este foi seleccionado pelo centro de arbitragem. O Grupo DST contestou essa selecção, em 20 de Julho 2012 o centro de arbitragem recusou a argumentação do Grupo DST e manteve a nomeação do árbitro presidente.

Em 14 de Outubro 2012 o Tribunal Arbitral decidiu sobre a questão da sua eventual incompetência e eventuais questões prejudiciais (questões levantadas pela APD). Decidiu que embora não considerasse que o acordo parassocial ao contrário do afirmado pela DST fosse o *contrato-chapéu* no entanto o acordo parassocial (o único que faz referência ao Tribunal Arbitral) tinha o papel de elo de ligação entre os diversos documentos contratuais, pelo que não existiam dúvidas sobre a competência do Tribunal Arbitral. Quanto às questões prejudiciais (esperar pelo resultado dos processos a correr no tribunal administrativo) o Tribunal concluiu que ainda não se encontrava em condições de julgar do bem fundado das questões prejudiciais suscitadas pela APD e que, por conseguinte, relegaria para mais tarde a sua decisão sobre esse assunto.

Em 19 de Dezembro 2012 o Tribunal Arbitral forneceu à APD uma proposta para os *termos de referência* que deverão ser esclarecidos através de depoimentos escritos das testemunhas.

6. Acção colocada em 2011 pelo Grupo DST contra o director geral da APD por *ofensa a pessoa colectiva*, processo nº 1931/11.8TABRG do Tribunal Judicial de Braga e processo nº 14951/11.3TDPRT do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) do Porto. Em 4 de Dezembro 2012 os Serviços do Ministério Público de Braga informaram que, após o Grupo DST ter sido notificado de que o Ministério Público não considerava que existissem indícios suficientes da prática do crime de ofensa a organismo serviço ou pessoa colectiva, o Grupo DST tinha desistido de prosseguir com o processo crime contra o director geral da APD, pelo que o processo ia ser arquivado.

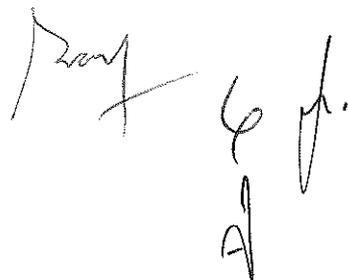
No que se refere ao processo colocado pelo Grupo DST contra a APD no Instituto de Arbitragem Comercial do Porto a APD não efectuou nenhuma provisão dado que considera completamente inapropriado esse pedido de indemnização. Note-se que:

1. Até à data o Grupo DST cobrou-se à PDONT mais de 1 milhão de euros de juros que nunca deveria ter cobrado, juros esses causados por o Grupo DST não ter colocado na PDONT nenhuma das prestações acessórias com que se tinha comprometido;
2. O Grupo DST encomendou equipamento de telecomunicações e evitou pagá-lo negando ter efectuado a encomenda do equipamento (isso apesar de apresentar a despesa num auto de medição);
3. O Grupo DST premeditadamente não entregou a informação com as características técnicas das caixas de visita de modo a poder *“parar a obra”* e eventualmente poder rescindir o contrato usando a cláusula 9ª Ponto 1-b) do Caderno de Encargos (pág. 245 processo administrativo PDONT);
4. Como resposta às multas aplicadas pela APD o empreiteiro DST pediu à PDONT um conjunto de indemnizações que acabaram por totalizar 5,85 milhões de euros por danos emergentes e lucros cessantes, e a comissão executiva da PDONT (constituída exclusivamente por elementos da DST) concluiu que o empreiteiro tinha razão;
5. O Grupo DST criou um contrato inapropriado de marketing e planeamento estratégico com a DSTelecom, com efeitos retroactivos, sem informar os membros do conselho de administração da PDONT (isto é, sem informar a APD), contrato esse que para além de ter um valor anual de 130 mil euros incluía a transferência de 5% dos resultados operacionais da PDONT para a DSTelecom por transferência de know-how da DSTelecom para a PDONT (uma empresa *sem recursos humanos próprios*);

6. O Grupo DST criou um contrato de empreitada muitíssimo omisso o que lhe permitiu cobrar cerca de um quarto de milhão de euros de trabalhos a mais;
7. O Grupo DST solicitou à APD que pedisse à CMP um espaço para o estaleiro da obra, a CMP emprestou o espaço contra uma contrapartida de reparação da casa existente no local, a PDONT não assinou o contrato de arrendamento nem reparou a casa e usou durante 2 anos o espaço sem reduzir ao montante de 6 milhões de euros previstos para o estaleiro da obra, mesmo quando a obra se encontrava praticamente parada cobrava-se mensalmente mais de 100 mil euros de custos de estaleiro;
8. O Grupo DST manipulou de uma forma sistemática o texto das actas do Conselho de Administração da PDONT de modo a tentar demonstrar que a APD aceitou alterações ao contrato (nomeadamente ao nível da ligação à rede de 100% do ensino público e privado até 10 de Agosto 2010);
9. O Grupo DST prometeu colocar 81 Milhões de euros de prestações acessórias e não colocou um cêntimo, apresentou preços de empreitada superiores ao dobro dos preços do mercado (aceites pela APD já que o financiamento era do Grupo DST), tentou obter financiamento externo do BEI que concluiu ser impossível dado que os preços de construção eram excessivos, e a partir daí decidiu não cumprir o contrato;
10. Por fim, no que diz respeito a este processo específico, em 1 de Fevereiro 2012 a APD entregou no Centro de Arbitragem Comercial do Instituto de Arbitragem Comercial do Porto a sua resposta. Contestou que o tribunal tivesse competência dado que o acordo parassocial (o único que mencionava o recurso ao tribunal arbitral) não era ao contrário do afirmado pela DST o contrato “chapéu”; sugeriu que se isso não fosse aceite que pelo menos o Tribunal Arbitral esperasse pelo resultado dos processos a correrem no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto; e contestou a argumentação da DST, tendo nomeadamente tomando como base a documentação disponibilizada pela DST demonstrado que a DST nunca pediu à Anacom uma licença para o uso de WiFi (o que por si só impedia a Fase 1 de estar concluída), e que havia um erro superior a 32 milhões de euros na pretensa documentação de suporte a uma candidatura ao financiamento pelo BEI. Note-se que na opinião da APD este erro foi premeditado, já que aparentemente o Grupo DST considerou que somente dessa forma tinha alguma hipótese de ser financiado pelo BEI, e que a sua existência ia representar uma dívida extra da PDONT ao Grupo DST no valor de 32,83 milhões de euros a que é necessário somar 5,85 milhões de euros de pedidos de indemnização do empreiteiro DST aceites pela Comissão Executiva da PDONT.

## 1.8 Outras informações relevantes

As demonstrações financeiras da Associação reflectem um crédito a seu favor sobre a sua Associada, a Câmara Municipal do Porto, no valor de 497 833.96 € (quatrocentos e noventa e sete mil oitocentos e trinta e três euros e noventa e seis cêntimos), resultante do acerto do saldo final relativo ao projecto Porto Digital nº 001/8.1/C/NOR em consequência da não execução, por parte da Câmara Municipal do Porto, dos sub-projectos da sua responsabilidade nos moldes inicialmente previstos e aprovados. Efectivamente este montante diz respeito ao valor de adiantamentos que a Câmara Municipal do Porto recebeu da Associação Porto Digital, e que aquela deverá devolver em consequência da supra referida não execução. Mais se anota que face a essa não realização a Associação Porto Digital se substituiu à Câmara Municipal do Porto na execução dos mesmos, tendo por isso que reaver o referido montante, o qual foi formalmente reclamado em 25 de Junho 2012.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'Rony' followed by 'G d.' and 'A' below it.

## 1.9 Conclusão

Estando concluído o projecto Porto Digital a APD iniciou o desenvolvimento de novos projectos com a Câmara Municipal do Porto (DMSI, DMEJ, DMFP, DMC, DMT, GEP), com a SRU (Morro da Sé e Mouzinho Flores), e com a Área Metropolitana do Porto (iPorto e área da educação).

A Cidade das Profissões continuou a funcionar de uma forma autonomizada (processo iniciado em 2008), reforçou-se a equipa técnica, redefiniu-se a missão e a divulgação do projecto e fomentou-se contactos com potenciais parceiros. Em finais de 2011 iniciou-se o processo com vista à passagem do projecto Cidade das Profissões da APD para a tutela da Fundação Porto Social, esse processo ficou concluído em 30 de Junho 2012.

A componente de telecomunicações da APD foi autonomizada no início de 2009, o processo falhou por responsabilidade do parceiro privado seleccionado, tendo em 2011 a APD retomado o controlo e o desenvolvimento deste projecto da criação na cidade do Porto de um operador neutro de telecomunicações. No âmbito das sanções contratuais aplicadas à sociedade PDONT por incumprimento dos prazos de execução do projecto foi emitida à PDONT a nota de débito nº 95 no montante de 4.272.624,96 € (quatro milhões, duzentos e setenta e dois mil e seiscentos e vinte e quatro euros e noventa e seis cêntimos), estando a APD a fazer todas as diligências no sentido do seu recebimento. Tendo em atenção o princípio da prudência foi reconhecida uma imparidade de crédito sobre a empresa PDONT, SA, devido ao litígio sobre a anulação desta sanção contratual (acção colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 19 de Novembro 2010 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 3325/10.3BEPRT).

Neste momento está-se a procurar fontes alternativas e complementares de financiamento que permitam à Associação Porto Digital reforçar a capacidade de actuação durante 2013. O objectivo é que dentro do prazo de um ano se encontre equilibrada a situação económico-financeira da APD.

### Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A Associação Porto Digital não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

### Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, no montante de 112 192,90 €, tenha a seguinte aplicação:

- Para *Resultados Transitados* o montante de 112 192,90 € (cento e doze mil cento e noventa e dois euros e noventa cêntimos)

Para terminar, o Conselho de Administração agradece o apoio do ROC, bem como a colaboração das entidades bancárias e oficiais que conosco colaboraram.

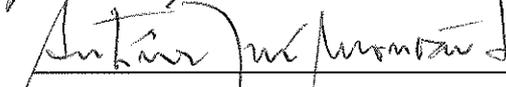
Porto, 23 de Julho de 2013

O Conselho de Administração

  
António Mota Cardoso

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

## Anexo — Órgãos Sociais da Associação Porto Digital

### Mesa de Assembleia Geral:

- Presidente: Eng. José António Ferreira de Barros
- Primeiro Secretário: Prof. Doutor Álvaro Pinto Coelho de Aguiar
- Segundo Secretário: Dr. Hugo Miguel Sousa Carneiro

### Conselho de Administração:

- Presidente: Eng. Vladimiro Mota Cardoso Feliz
- Vogal: Prof. Doutor José Carlos Diogo Marques dos Santos
- Vogal: Eng. Jorge Pedro Moreira Renda dos Reis
- Vogal: Eng. António José Lacerda
- Vogal: Dr. António José Lopes (só tomou posse em Janeiro 2013)

### Conselho Fiscal:

- Presidente: Dra. Ana Maria Gomes Carvalho Teixeira
- Vogal: Dr. Serafim José Neves Correia
- Vogal: C&R Ribas Pacheco, SROC através do seu representante legal Dr. Cândido Avelino Ribas Pacheco, e ROC suplente Dr. Rodrigo Bruno de Magalhães Ribas Pacheco

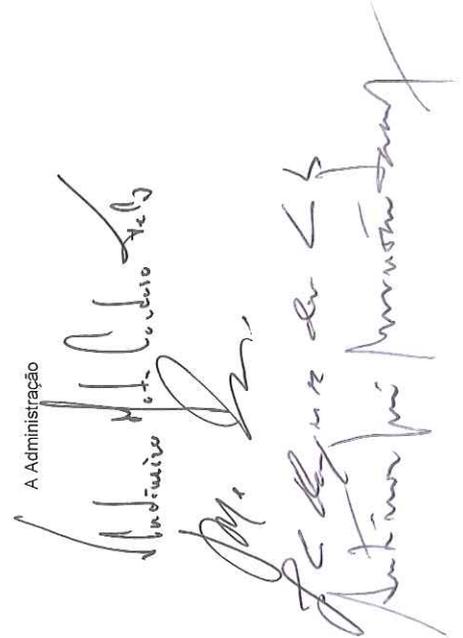
A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Rafael' or similar, written in a cursive style.

## Demonstração das alterações no fundo social no período 2011

NOTAS	Fundo social atribuído aos detentores do capital da empresa											Total do Fundo Social		
	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Participações suplementares e outros instrumentos de fundo social	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no fundo social	Resultado líquido do período		Total	Interesses minoritários
1	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.696,27	268.401,82	0,00	0,00	1.181.946,52	-287.200,92	1.223.843,69	0,00	1.223.843,69
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no fundo social														
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.633,04	0,00	0,00	-247.876,23	287.200,92	249.957,73	0,00	249.957,73
3											145.184,06	145.184,06	0,00	145.184,06
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>														
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>														
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6=1+2+3+5</b>														
	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.696,27	479.034,86	0,00	0,00	934.070,29	145.184,06	1.618.985,48	0,00	1.618.985,48

A Administração

O Técnico Oficial de Contas



**Demonstração das alterações no fundo social no período 2012**

Moeda: EUR  
Contribuinte: 506638730

NOTAS	Fundo social partilhado aos donatários do capital da empresa										Total	Interesses minoritários	Total do Fundo Social
	Capital realizado	Acções (ações) próprias	Reservações supratributadas e outras instituições de fundo social	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos (impairment)	Excedentes de reavaliação	Outras variações no fundo social			
6	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.686,27	473.034,85	0,00	0,00	934.070,29	145.184,06	0,00	1.618.985,46
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no fundo social													
7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.386,15	0,00	0,00	-225.479,36	-145.184,06	0,00	-307.277,27
8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.386,15	0,00	0,00	-225.479,36	-145.184,06	0,00	-307.277,27
9=7+8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.192,90	0,00	0,00	112.192,90	112.192,90	0,00	112.192,90
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6+7+8+10	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.686,27	542.421,01	0,00	0,00	708.590,93	112.192,90	0,00	1.423.901,11
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2012</b>													

A Administração

*Indivíduo*  
*António José Monteiro da Silva*

O Técnico Oficial de Contas

*Daniel*

Moeda: Euros  
Contribuinte: 506838730

### Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)

Rubricas	Notas	2012	2011
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes		181.387,20	110.952,00
Pagamentos a Fornecedores		-581.940,85	-582.052,62
Pagamentos ao Pessoal		-543.955,26	-561.323,75
Caixa geradas pelas operações		-944.508,91	-1.032.424,37
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		1.260.083,32	1.392.998,65
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>315.574,41</b>	<b>360.574,28</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-263.989,61	-232.332,90
Activos Intangíveis		-1.315,45	-752,76
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>-265.305,06</b>	<b>-233.085,66</b>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>-265.305,06</b>	<b>-233.085,66</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		480.000,00	120.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>480.000,00</b>	<b>120.000,00</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-400.000,00	-210.000,00
Juros e gastos similares		-31.570,99	-16.800,05
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>-431.570,99</b>	<b>-226.800,05</b>
<b>Fluxos de actividades de financiamento (3)</b>		<b>48.429,01</b>	<b>-106.800,05</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		98.698,36	20.688,57
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		33.719,65	13.031,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	132.418,01	33.719,65

A Administração

*Andrino Neto Cardoso Feliz*

*Jorge Lourenço*

*J. C. Marques da Costa*

*António Joaquim da Costa*

O Técnico Oficial de Contas

*[Assinatura]*

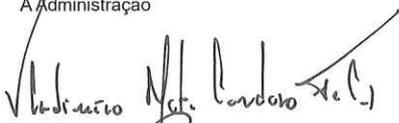
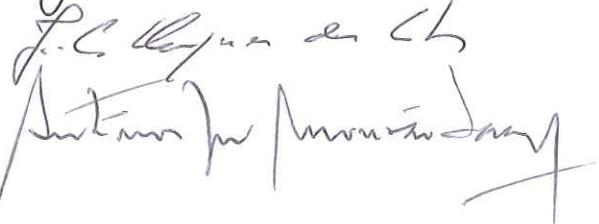
Moeda: EUR  
Contribuinte: 506838730

## Balanço

Rubricas	Notas	2012	2011
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	7	1,385,244.30	1,543,481.94
Activos Intangíveis	6	2,220.41	2,433.93
Subtotal		1,387,464.71	1,545,915.87
<b>Activo corrente</b>			
Clientes	14	529,894.41	515,473.96
Outras contas a receber	14	90,982.12	227,303.43
Diferimentos	14	4,056.20	17,823.87
Caixa e depósitos bancários	4/14	132,418.01	33,719.65
Subtotal		757,350.74	794,320.91
Total do activo		2,144,815.45	2,340,236.78
<b>FUNDO SOCIAL E PASSIVO</b>			
<b>Fundo Social</b>			
Fundo realizado	14	45,000.00	45,000.00
Outras reservas	14	15,696.27	15,696.27
Resultados transitados	14	542,421.01	479,034.86
Outras variações de fundo social	11	708,590.93	934,070.29
Subtotal		1,311,708.21	1,473,801.42
Resultado líquido do exercício		112,192.90	145,184.06
Total do fundo social		1,423,901.11	1,618,985.48
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	80,509.41	118,178.15
Estado e outros entes publicos	14	47,246.28	33,971.09
Financiamentos obtidos	14	395,000.00	315,000.00
Outras contas a pagar	14	195,032.68	242,270.06
Diferimentos	14	3,125.97	11,832.00
Subtotal		720,914.34	721,251.30
Total do Passivo		720,914.34	721,251.30
Total do fundo social e do passivo		2,144,815.45	2,340,236.78

A Administração

O Técnico oficial de contas



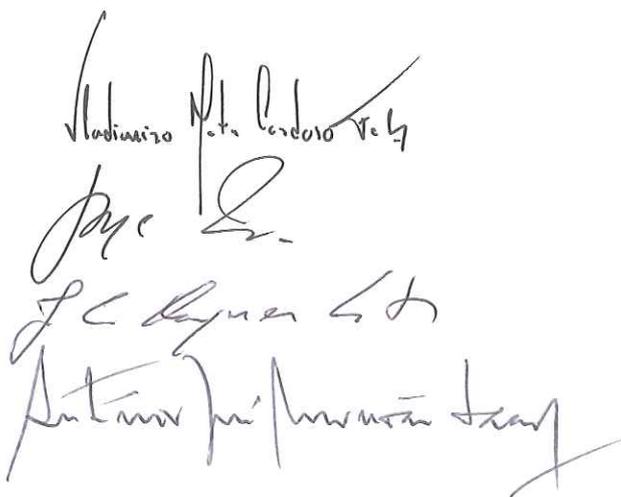
Moeda: EUR  
Contribuinte: 506838730

Demonstração de resultados por naturezas

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2012	2011
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	10	409,155.00	74,920.96
75		Subsídios à exploração		806,221.35	1,383,799.75
785+792	685	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0.00	0.00
73		Variação de Inventários na produção		0.00	0.00
74		Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
	62	Fornecimentos e serviços externos		-457,891.27	-644,313.56
	63	Gastos com pessoal	15	-534,423.34	-573,787.01
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	-10,000.00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
7623;7627/8	653;657/8	Imparidade de Investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
77	66	Aumentos / Reduções de justo valor		0.00	0.00
78...+791		Outros rendimentos e ganhos	11	290,418.49	294,565.62
	69-685+69..	Outros gastos e perdas		-12,410.42	-24,780.95
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos				501,069.81	500,404.81
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6/7	-357,305.92	-338,420.70
7624/6	654/6	Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)				143,763.89	161,984.11
7915		Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
6911/21/81		Juros e gastos similares suportados		-31,570.99	-16,800.05
Resultado antes de impostos				112,192.90	145,184.06
812		Impostos sobre o rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período				112,192.90	145,184.06

A Administração

O Técnico oficial de contas

  
 António José Pereira

  
 [Signature]



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

#### Designação da entidade

Associação Porto Digital

#### Sede

Rua das Flores, 152, no Porto

#### NIPC

506838730

#### Natureza da actividade

A Associação Porto Digital (APD) foi constituída em 22 de Novembro de 2004, com o objetivo de "promover a criação de uma comunidade digital, congregando todos os agentes no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e para a evolução para uma Sociedade da Informação e do Conhecimento, que possa estar ao alcance de todos."

O Projeto Porto Digital 001/8.1/C/NOR foi o primeiro projeto coordenado e parcialmente executado pela APD (orçamento aprovado de 9.127.000,00 € dos quais 9.070.967,69 € das despesas apresentadas foram consideradas elegíveis). Esteve em execução de 2005 a 2009, englobando seis categorias de subprojetos:

- INF - Subprojetos de Infraestrutura - para fornecimento dos serviços básicos do Porto Digital. Incluiu a criação de uma rede de telecomunicações baseada em fibra ótica e a criação de um data center.
- DIN - Subprojetos de Dinamização - incluiu a produção e disponibilização de conteúdos didáticos, científicos, informativos, turísticos, lúdicos e culturais, e a promoção da acessibilidade à sociedade da informação de todos os estratos sociais (massificação).
- ACE - Subprojeto de Acessibilidades - colocou em locais emblemáticos da cidade do Porto pontos de acesso gratuito à Internet e aos serviços disponibilizados pelo Porto Digital.
- GOV - Subprojectos de e-Government - abrangendo a reformulação dos processos administrativos, a desmaterialização de processos, e a adição de transparência ao governo local.
- SEC - Subprojetos sectoriais - que representaram uma intervenção ao nível de uma área sectorial, neste caso ao nível do emprego, da economia, do imobiliário e da cultura. Pretendeu-se assim a modernização do tecido económico e o aumento da competitividade através de acções de cooperação empresarial, investigação e desenvolvimento, atracção do investimento, aumento da produtividade e aumento do emprego qualificado.
- COO Subprojeto de Acompanhamento e Gestão - que permitiu coordenar e gerir os esforços de modo a aproveitar sinergias e garantir que os objectivos propostos fossem atingidos.

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

Todos os valores apresentados estão expressos em euros

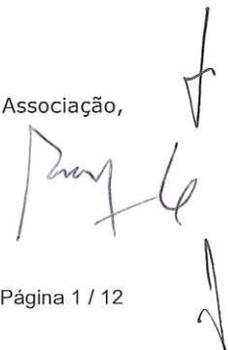
### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios até e incluindo o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Associação preparou as suas demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano Oficial de Contas (POC). Decorrente da aprovação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e demais legislação complementar bem como pelo Decreto-Lei n.º 36- A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime da normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo, as demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

### 3. Principais políticas contabilísticas

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.





### 3.2 ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Associação, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os activos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Associação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um activo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

### 3.3 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	N.º de Anos	Taxa de Amortização
Instalações de água, eletricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas	10	10%
Aparelhagem, máquinas electrónicas e de reprodução de som	5	20%
Computadores	3	33%
Aparelhos telemóveis	5	20%
Mobiliário	8	13%

O processo de depreciação inicia-se no ano em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

### 3.4 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (NCRF 8)

Não aplicável.

### 3.5 LOCAÇÕES (NCRF 9)

Não aplicável.

### 3.6 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que incorreram.





### **3.7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF11)**

Não aplicável.

### **3.8 IMPARIDADE DE ACTIVOS (NCRF 12)**

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

### **3.9 INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (NCRF13)**

Os investimentos em Entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas Entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

### **3.10 CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS (NCRF 14)**

Não aplicável.

### **3.11 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)**

Não aplicável.

### **3.12 EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (NCRF16)**

Não aplicável.

### **3.13 AGRICULTURA (NCRF 17)**

Não aplicável.

### **3.14 INVENTÁRIOS (NCRF 18)**

Não aplicável.

### **3.15 CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (NCRF 19)**

Não aplicável.

### **3.16 RÉDITO (NCRF 20)**

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

### **3.17 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)**

Não aplicável.

### **3.18 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)**

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.





Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos tangíveis e intangíveis são registados no Fundo Social e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados.

### **3.19 EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)**

Não aplicável.

### **3.20 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)**

Não aplicável.

### **3.21 MATÉRIAS AMBIENTAIS (NCRF 26)**

Não aplicável.

### **3.22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Associação Porto Digital tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

#### **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### **Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente.

#### **Periodizações**

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras Contas a Receber e a Pagar e Diferimentos.

#### **Caixa e Depósitos bancários**

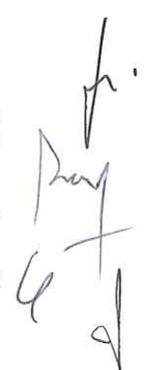
Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

### **3.23 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)**

A Associação atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os



serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

#### Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das Demonstrações Financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

#### Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Associação.

#### Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

### 4. Fluxos de caixa

Todos os meios existentes em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários:

Quantia escriturada e movimentos do período	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Caixa	139,07	1.372,79	1.364,70	147,16
Depósitos à ordem	33.580,58	1.979.330,40	1.880.640,13	132.270,85
Outros depósitos bancários				
<b>Total de Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>33.719,65</b>	<b>1.980.703,19</b>	<b>1.882.004,83</b>	<b>132.418,01</b>

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos, obtidos pelos registos contabilísticos da Associação.

### 5. Partes relacionadas

#### 5.1 Remunerações do pessoal chave da gestão

A Administração não é remunerada contudo consideramos importante informar as remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012:

Remunerações em 2012	Gerência/Cons. Administração	Fiscal Único/Cons. Fiscal	Assembleia Geral	Total
Vencimentos e Subsídio de férias	44.720			44.720
Subsídio de Natal	3.440			3.440
<b>Total</b>	<b>48.160</b>			<b>48.160</b>

#### 5.2 Transacções entre partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2012, a Associação detinha os seguintes participações em Entidades associadas:

Entidades associadas	Sede	% Participação 2012
PDONT, SA	Porto	51,00%

Transacções e saldos pendentes entre associadas:

- i) Quantia das transacções: 0,00 €
- ii) Quantia dos saldos pendentes: 4.355.582,56 €. Sendo que 4.272.624,96 € são referentes à nota de débito n.º 107 emitida à PDONT em 2010 (sanção por incumprimento contratual) e que a APD está a fazer todas as diligências no sentido do seu recebimento.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro, os saldos e as transacções efectuadas com partes relacionadas são os seguintes:



Contas a receber	2012
Entidades associadas	
PDONT, SA	4.355.582,56
<b>Total</b>	<b>4.355.582,56</b>

## 6. Activos intangíveis

Ver nota 3.

Durante o exercício em análise, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Activos Intangíveis	Marcas e Licenças	Projetos de desenvolvimento	Total
<b>1 de Janeiro de 2012</b>			
Custo	4.012	100.954	<b>104.966</b>
Amortização acumulada e imparidade	1.578	100.954	<b>102.532</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>2.434</b>	<b>0</b>	<b>2.434</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>			
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2012	2.434	0	<b>2.434</b>
Adições	2.211		<b>2.211</b>
Amortizações do exercício	2.425	0	<b>2.425</b>
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>2.220</b>	<b>0</b>	<b>2.220</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>			
Custo	6.223	100.954	<b>107.177</b>
Amortização acumulada e imparidade	4.003	100.954	<b>104.957</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>2.220</b>	<b>0</b>	<b>2.220</b>
<b>31 de Dezembro de 2011</b>			
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2011	482	0	<b>482</b>
Diferenças cambiais			<b>0</b>
Adições	3.289		<b>3.289</b>
Aquisição de subsidiária			<b>0</b>
Encargo com imparidade			<b>0</b>
Amortização do exercício	1.337	0	<b>1.337</b>
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>2.434</b>	<b>0</b>	<b>2.434</b>
<b>31 de Dezembro de 2011</b>			
Custo	4.012	100.954	<b>104.966</b>
Amortização acumulada e imparidade	1.578	100.954	<b>102.532</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>2.434</b>	<b>0</b>	<b>2.434</b>

## 7. Activos fixos tangíveis

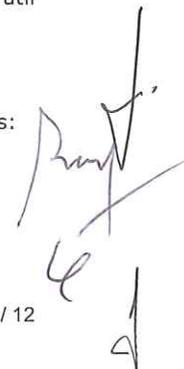
Ver nota 3.

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 2005 e 31 de Dezembro de 2009 e/ou no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no ano em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

Apresenta-se na página seguinte, um quadro resumo da valorização das várias classes de activos fixos tangíveis:



*B. L. 1*

Activos Fixos Tangíveis	Outras Construções	Equipamento Básico e de Transporte	Equipamento Administrativo e Biológico	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
<b>1 de Janeiro de 2012</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	338.366	5.290.945	71.229	5.977	<b>5.706.517</b>
Depreciação acumulada	195.347	3.924.819	54.824	4.929	<b>4.179.919</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>143.019</b>	<b>1.366.126</b>	<b>16.405</b>	<b>1.048</b>	<b>1.526.598</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2012	143.019	1.366.126	16.405	1.048	<b>1.526.598</b>
Aquisições		153.938	804,65		<b>154.743</b>
Transferências		50.028			<b>50.028</b>
Depreciação do exercício	32.159	323.488	6.797	564	<b>363.008</b>
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>110.860</b>	<b>1.246.604</b>	<b>10.413</b>	<b>484</b>	<b>1.368.360</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	338.366	5.494.910	72.034	5.977	<b>5.911.287</b>
Depreciação acumulada	227.506	4.248.306	61.621	5.493	<b>4.542.926</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>110.860</b>	<b>1.246.604</b>	<b>10.413</b>	<b>484</b>	<b>1.368.360</b>
<b>31 de Dezembro de 2011</b>					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2011	175.178	1.206.706	23.101	1.793	<b>1.406.778</b>
Aquisição de Subsidiária		248.842			<b>248.842</b>
Aquisições		208.061			<b>208.061</b>
Alienações		1.229			<b>1.229</b>
Depreciação do exercício	32.159	296.254	6.696	745	<b>335.854</b>
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>143.019</b>	<b>1.366.126</b>	<b>16.405</b>	<b>1.048</b>	<b>1.526.598</b>
<b>31 de Dezembro de 2011</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	338.366	5.290.945	71.229	5.977	<b>5.706.517</b>
Depreciação acumulada	195.347	3.924.819	54.824	4.929	<b>4.179.919</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>143.019</b>	<b>1.366.126</b>	<b>16.405</b>	<b>1.048</b>	<b>1.526.598</b>

### 7.1. Activos fixos tangíveis em curso

Durante o exercício em análise, o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis em curso, bem como as respectivas transferências para activo fixo tangível, foi o seguinte:

Activos Fixos Tangíveis em Curso	Outras Construções	Equipamento Básico e de Transporte	Equipamento Administrativo e Biológico	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
<b>1 de Janeiro de 2012</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	0	16.884	0	0	<b>16.884</b>
Depreciação acumulada					<b>0</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>	<b>16.884</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16.884</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2012	0	16.884	0	0	<b>16.884</b>
Aquisições	0	50.028	0	0	<b>50.028</b>
Transferências	0	50.028	0	0	<b>50.028</b>
Depreciação do exercício					<b>0</b>
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>0</b>	<b>16.884</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16.884</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	0	16.884	0	0	<b>16.884</b>
Depreciação acumulada					<b>0</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>	<b>16.884</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16.884</b>
<b>31 de Dezembro de 2011</b>					

*Handwritten signature and initials*



Valor líquido em 1 de Janeiro de 2011	0	152.101	0	0	152.101
Aquisições	0	72.844	0	0	72.844
Transferências	0	208.061	0	0	208.061
Depreciação do exercício					0
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>0</b>	<b>16.884</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16.884</b>
<b>31 de Dezembro de 2011</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	0	16.884	0	0	16.884
Depreciação acumulada					0
<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>	<b>16.884</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16.884</b>

## 8. Associadas

Em 31 de Dezembro de 2012 a Associação Porto Digital detém uma participação de 51% (25.500,00 €) na firma Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, SA fundada em Fevereiro de 2009 com um capital social de 50.000,00 €, e com sede na Rua da Ponte Nova 70, 2º, 4050-485 Porto.

Os Capitais Próprios da nossa associada PDONT, S.A., referentes ao exercício de 2009 ascendem a cerca de -6.107.000,00 euros, tendo sido apenas aprovadas as contas em 2 de Junho de 2011. As contas referentes ao exercício de 2010 foram aprovadas em 28 de Julho de 2011, nessa altura os Capitais Próprios da PDONT, S.A., tinham-se reduzido para cerca de -9.071.000,00 euros.

A Associação Porto Digital exerceu durante o exercício de 2010 o seu direito indemnizatório por alegado incumprimento contratual da sua participada Porto Digital - Operador Neutro de Telecomunicações, SA, do qual resultaram proveitos contingentes a favor da Associação Porto Digital no valor de 4.272.624,96 €. A PDONT, SA interpôs uma acção administrativa especial para anular a sanção contratual.

## 9. Provisão

Existem vários processos judiciais em curso entre a Associação Porto Digital e a PDONT, S.A.. Uma vez que não é possível efectuar uma estimativa fiável das quantias reclamadas nem tão pouco sobre o desfecho dos processos, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 21, a Associação Porto Digital não reconheceu qualquer provisão para o efeito.

A seguir identificam-se todos os processos existentes contra a APD:

- Acção colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 19 de Novembro 2010 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 3325/10.3BEPRT, tem como objectivo evitar o pagamento da sanção contratual de 4.272.624,96 euros;

- Providência cautelar colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da APD em 29 de Março 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 970/11.3BEPRT, tem como objectivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto;

- Acção colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da APD em 10 de Maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1472/11.3BEPRT, tem como objectivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto;

- Acção colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 25 de Maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1305/11.0BEPRT, tem como objectivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto;

- Acção colocada pelo Grupo DST em 30 de Dezembro 2011 no centro de arbitragem comercial do Instituto de Arbitragem Comercial do Porto, tem como objectivo responsabilizar a APD pelo falhanço do projecto, e pedir uma indemnização de 18,77 milhões de euros por perdas e danos;

- Acção colocada em 2012 pelo Grupo DST contra o director geral da APD por "ofensa a pessoa colectiva", processo nº 1931/11.8TABRG do Tribunal Judicial de Braga e processo nº 14951/11.3TDPRT do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) do Porto.

**10. Rédito**

Ver Nota 3.

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	2012	2011
Vendas de Bens		
Prestação de Serviços	409.155	74.921
Juros		
Royalties		
Dividendos		
<b>Total</b>	<b>409.155</b>	<b>74.921</b>

A rubrica de Prestações de Serviços corresponde ao valor das Quotas dos Associados e a serviços prestados, sendo o valor global de EUR 409.155.

**11. Subsídios do Governo e apoios do governo**

Ver Nota 3.

A rubrica *Subsídios no Fundo Social (59,3)* regista um saldo credor de 708.590,93 €, que corresponde ao subsídio recebido para Investimento, na parte que ainda não se encontra amortizado. Este saldo irá esgotar-se à medida que forem sendo consideradas as respectivas amortizações que pela sua variação são de 225.479,36 €, também contabilizadas na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos em Imputação de Subsídios para Investimento.

Foram reconhecidos na Demonstração dos Resultados em *Subsídios à Exploração (75)* os valores recebidos da CMP ao abrigo dos Protocolos celebrados para comparticipação das despesas da APD.

**12. Acontecimentos após a data do balanço**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de Maio de 2013.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

**13. Impostos sobre o rendimento**

A Associação encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

**14. Instrumentos financeiros****Políticas contabilísticas**

Ver Nota 3.

**14.1 Clientes/Fornecedores/Outras Contas a Receber e a Pagar /Pessoal**

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de Clientes/Fornecedores/Outras Contas a Receber e a Pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2012	2011
<b>Activo</b>		
Clientes	529.894,41	515.473,96
Outras Contas a Receber	4.373.607,08	4.509.928,39
Imparidade das Contas a Receber	-4.282.624,96	-4.282.624,96
<b>Total</b>	<b>620.876,53</b>	<b>742.777,39</b>
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	80.509,41	118.178,15
Outras Contas a Pagar	195.032,68	242.270,06
<b>Total</b>	<b>275.542,09</b>	<b>360.448,21</b>



#### 14.2 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	2012	2011
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento		
Retenção de impostos sobre rendimentos	4.645,14	8.521,92
Imposto sobre o valor acrescentado	35.029,73	15.009,06
Outros impostos		
Contribuições para a segurança social	7.571,41	10.440,11
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
<b>Total</b>	<b>47.246,28</b>	<b>33.971,09</b>

#### 14.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2012	2011
<b>Activo</b>		
Gastos a reconhecer		
Seguros liquidados	3.751,62	5.802,92
Outros	304,58	12.020,95
<b>Total</b>	<b>4.056,20</b>	<b>17.823,87</b>
<b>Passivo</b>		
Rendimentos a reconhecer		
Outros	3.125,97	11.832,00
<b>Total</b>	<b>3.125,97</b>	<b>11.832,00</b>

#### 14.4 Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Caixa e Depósitos Bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e Depósitos Bancários	2012	2011
<b>Activo</b>		
Caixa	147,16	139,07
Depósitos à ordem	132.270,85	33.580,58
Outros depósitos bancários		
<b>Total</b>	<b>132.418,01</b>	<b>33.719,65</b>

#### 14.5 Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Financiamentos Obtidos apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	2012	2011
Empréstimos Bancários Correntes	395.000	315.000
Acções preferenciais remíveis		
<b>Total</b>	<b>395.000</b>	<b>315.000</b>

#### 14.6 Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Fundo Social apresentava a seguinte decomposição:

Fundo social	2012	2011
Fundo social	45.000,00	45.000,00
Outras reservas	15.696,27	15.696,27
Resultados transitados	542.421,01	479.034,86
Excedentes de revalorização		
Outras variações no fundo social	708.590,93	934.070,29
<b>Total</b>	<b>1.311.708,21</b>	<b>1.473.801,42</b>



Em 31 de Dezembro de 2012, o fundo da Associação, totalmente subscrito e realizado, tinha um valor nominal de 45.000,00 euros.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Câmara Municipal do Porto \_\_\_\_\_ 33,33%
- Universidade do Porto \_\_\_\_\_ 33,33%
- Associação Empresarial Portugal \_\_\_\_\_ 33,33%

#### 14.7 Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da Reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Associação. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Associação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a reserva legal não se encontrava totalmente constituída.

#### 15. Benefício dos empregados

Ver Nota 3.

#### Gastos com pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica de Gastos com Pessoal:

Gastos com pessoal	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais		
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	432.773,14	473.112,20
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Dos quais:		
Para planos de contribuições definidas - órgãos sociais		
Para planos de contribuições definidas - outros		
Indemnizações	7.909,50	
Encargos sobre remunerações	87.428,71	94.420,58
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5.953,90	5.987,32
Gastos de acção social	286,09	202,91
Outros gastos com pessoal:		
Gastos com formação	72,00	64,00
<b>Total de Gastos com Pessoal</b>	<b>534.423,34</b>	<b>573.787,01</b>

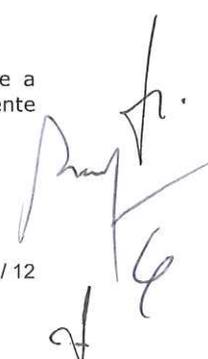
#### 16. Outras informações

##### Situação fiscal

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

##### Situação contributiva

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



**Operações que não estejam incluídas no balanço**

Não se registaram operações que não estejam incluídas no balanço.

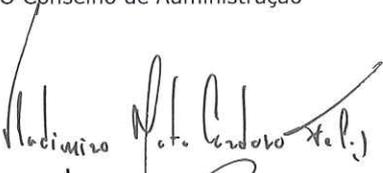
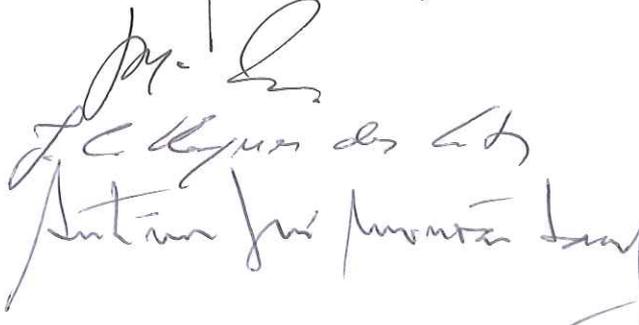
**Revisor Oficial de Contas**

Os honorários da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas referentes ao presente exercício foram de 6.600,00 euros (valor sem IVA).

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas não prestou serviços de garantia de fiabilidade, de consultoria fiscal ou quaisquer outros.

Porto, 23 de julho de 2013

O Conselho de Administração

  
Vladimir P. Cardoso (rel.)  
  
António José Monteiro

O Técnico Oficial de Contas

